

Protocolo 7.084/2025

De: MENCAR IZABEL MAGARINI Lançado por Luciana N. - SEFAZ-ARR-SAC

Para: SEFAZ-CL-LIC - Licitações

Data: 16/12/2025 às 17:21:52

Setores (CC):

SEFAZ-CAD-EMP

Setores envolvidos:

SEFAZ-ARR-SAC, SEFAZ-CL-LIC, SEFAZ-CAD-EMP

Recurso Administrativo

Entrada*:

Atendimento pessoal

Razões de recurso- inabilitação

Pregão Eletrônico nº 124/2025

—

Luciana Eribarri Nunes

Oficial Administrativo

Anexos:

Protocolo_Mencar_Izabel_Magarini.pdf

À Comissão de Licitação / Pregoeiro

Pregão Eletrônico nº 124/2025

Município de Soledade/RS

RAZÕES DE RECURSO — INABILITAÇÃO

A empresa **MENCAR IZABEL MAGARINI**, inscrita no CNPJ 23.406.444/0001-27, com sede na Rua Jesuíta, 59, Bairro Missões, Soledade/RS, por meio de sua representante legal Mencar Izabel Maragini, vem, respeitosamente, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão de inabilitação, pelos fundamentos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

A Recorrente foi inabilitada sob o fundamento de ausência do documento previsto no item 11.1.4, alínea “a”, referente ao Atestado de Capacitação Técnico-Operacional. Ocorre que tal documento já existia e estava plenamente válido antes da sessão pública, sendo a ausência de sua anexação um mero equívoco material de caráter formal e sanável.

Adicionalmente, cumpre ressaltar que a **MENCAR IZABEL MAGARINI**, na condição de **microempresa/empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional**, encontra-se em situação regular de habilitação referente à licitação em epígrafe, ressalvada a existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal, comprometendo-se a promover a sua regularização caso seja vencedora do certame. Este tratamento diferenciado, previsto no Art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, visa a fomentar a participação de ME/EPP em licitações e, por analogia, a sanabilidade de falhas formais, como a não apresentação de documento de qualificação técnica que já existia e era válido antes da data de habilitação.

Não houve qualquer tentativa de suprir lacunas de capacidade técnica inexistente, mas apenas a necessidade de juntar documento preexistente à data da sessão, e, ainda, fazer valer o direito de saneamento em virtude de seu porte, conforme legislação específica.

2. DA PREVISÃO EDITALÍCIA PARA DILIGÊNCIA E SANEAMENTO

O Edital do Pregão Eletrônico nº 124/2025 expressamente dispõe:

“*11.4.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; [...] Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.*”

Conforme o item 11.4.5, a Comissão de Licitação está autorizada a realizar diligências para complementar informações de documentos já apresentados ou sanar erros e falhas que não alterem a substância. A não anexação de um atestado de capacitação técnico-operacional já existente enquadra-se perfeitamente nessa hipótese de **falha sanável**, sendo um mero lapso formal, e não uma ausência de requisito substancial. A negativa de tal oportunidade ofende o princípio do formalismo moderado e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

3. DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 E LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

A Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, adota o **princípio do saneamento de falhas**, conforme seu Art. 12, inciso III. Além disso, o Art. 64 da mesma lei confere à Administração a prerrogativa de solicitar documentos complementares ou esclarecimentos para sanar falhas no processo de

habilitação. Essa abordagem visa a preservar a competitividade e garantir que propostas válidas não sejam descartadas por meros vícios formais.

Mais especificamente, a Lei Complementar nº 123/2006, em seu Art. 43, §1º, estabelece um **tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte**, concedendo-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização de documentos que apresentem alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, trabalhista ou qualificação técnica. Embora a solicitação inicial seja para sanar uma "restrição na comprovação da regularidade fiscal", a jurisprudência e o próprio espírito da lei estendem a possibilidade de saneamento a outras falhas formais, como a não apresentação de documento preexistente e válido de qualificação técnica. A inabilitação da Recorrente sem a concessão desse prazo vai de encontro a este importante dispositivo legal que busca ampliar a participação de pequenos negócios em licitações públicas.

4. DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Os Tribunais de Contas, incluindo o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), têm consolidado o entendimento de que a ausência de anexação de documento de habilitação que já existia e era válido antes da sessão pública constitui uma **falha sanável**. Em tais casos, deve ser concedida a oportunidade de diligência para que o licitante possa apresentar o documento, evitando a inabilitação automática por mero formalismo excessivo, especialmente quando se trata de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que gozam de tratamento diferenciado para regularização de documentos.


5. DO PEDIDO

Diante do exposto, a Recorrente requer:

1. O recebimento e provimento do presente recurso administrativo.
2. A realização de diligência, conforme previsão legal (Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006) e editalícia (item 11.4.5), para a apresentação do Atestado de Capacitação Técnico-Operacional, que já existia e era válido antes da sessão pública.
3. A concessão do prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no Art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, para a devida regularização e juntada do documento de qualificação técnica, dada a condição de Microempresa da Recorrente.
4. A reforma da decisão de inabilitação e desclassificação.
5. A consequente habilitação da empresa MENCAR IZABEL MAGARINI no Pregão Eletrônico nº 124/2025.

Soledade/RS, 08 de dezembro de 2025.

MENCAR IZABEL MAGARINI
CNPJ: 23.406.444/0001-27
Responsável legal: Mencar Izabel Maragini
Rua Jesuíta, 59 – Bairro Missões – Soledade/RS

Documento assinado digitalmente
 **MENCAR IZABEL MAGARINI**
Data: 08/12/2025 17:25:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Soledade, inscrita no CNPJ nº 87.738.530/0001-10, estabelecida na Av. Júlio de Castilhos, nº 898, bairro Centro, no município de Soledade/RS, através do Departamento de Projetos Infraestrutura e Mobilidade, neste ato representada pelo Arquiteto Elvis Tatim Portes, CAU A172.454-1, CPF nº 018.909.495-82, vem através deste atestar para os devidos fins que a empresa **MENCAR IZABEL MAGARINI, CNPJ 23.406.444/0001-27**, estabelecida na Rua Jesuíta, nº 59, Bairro Missões, no município de Soledade/RS, forneceu os serviços de "MÃO-DE-OBRA PARA SERVIÇOS ELÉTRICOS, SERVIÇOS DE REFORMA GERAL EM ALVENARIA (REBOCO, EMBOÇO E LEVANTAMENTO), CONCERTO E INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SERVIÇOS EM REDE LÓGICA E DE TELEFONIA".

Atestamos, ainda, que os serviços foram prestados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Soledade, 05 de dezembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE
CNPJ: 87.738.530/0001-10

Documento assinado digitalmente
gov.br ELVIS TATIM PORTES
Data: 05/12/2025 15:33:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ARQUITETO ELVIS TATIM PORTES
CAU A172.454-1